

Líderes resolvem dar trégua para Bresser negociar

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ouviu ontem dos principais líderes do PMDB, em almoço na residência do Deputado Ulysses Guimarães, a reafirmação de que o Partido é contrário a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estrategicamente, contudo, eles concordaram, por unanimidade, em que deve ser dada uma trégua ao Ministro na questão da dívida externa, de forma a não enfraquecer sua posição perante os banqueiros internacionais privados, com quem começa a negociar em setembro.

Diante da posição firme dos Senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes e dos Deputados Ulysses Guimarães e Luiz Henrique contra um acordo nos moldes tradicionais do FMI, Bresser Pereira informou que uma futura negociação com o Fundo, após o entendimento com os banqueiros privados, seria feita observando-se os preceitos do documento "O PMDB e a Conjuntura Econômica", aprovado na última Convenção Nacional do Partido.

O PMDB continua contrário a um entendimento com o FMI porque não deseja o monitoramento da economia, disse o Líder Mário Covas, pouco depois de autorizar o Vice-Líder Antônio Perosa (SP) a discursar na tribuna condenando a política do Fundo.

Embora formalmente os Líderes e o Presidente do Partido, Ulysses Guimarães, tenham optado por adiar a discussão sobre uma possível ida ao FMI, em conversas reservadas todos consideram inviável uma saída desse tipo.

— Não temos implicância com o FMI, mas seus dirigentes não estão interessados no crescimento, apenas no equilíbrio da economia. Sem crescer, o Brasil vai gerar fome e desemprego — sintetizou o Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Na primeira tentativa do Ministro da Fazenda de convencer o PMDB a revisar sua postura sobre a dívida externa, o resultado prático ficou apenas no compromisso de moderação da linguagem do Partido, assumido pelos Líderes no almoço. Até setembro, quando Bresser Pereira estará negociando com os banqueiros privados, as diversas correntes peemedebistas vão abandonar o tom crítico à política econômica interna. O Ministro conseguiu uma trégua importante para a estratégia que pretende adotar na negociação com os banqueiros, admitiu o Líder do PMDB na Câmara, Luis Henrique.

No início da reunião, o Ministro fez uma longa exposição sobre os resultados da primeira rodada de negociações, concluída na semana passada. Revelou que os banqueiros queriam a redução do déficit público para um patamar próximo a zero, com o que não concordou, sob o argumento de que a principal preocupação do Governo era com os níveis inflacionários e não com uma redução maior do déficit público.

Em seguida, Ulysses Guimarães, em tom moderado, mas firme, disse a Bresser que o FMI era o "espantalho" que mais assustava o PMDB. O Ministro respondeu que estava inaugurando "um modelo revolucionário de

negociação da dívida externa". Em apoio a Ulysses, Severo Gomes disse que o documento aprovado na Convenção do Partido, descartando qualquer entendimento com o FMI, representava "o evangelho do PMDB".

O novo modelo que o Ministro anunciou consiste, em linhas gerais, numa inversão da ordem dos entendimentos. Ao invés de ir ao Fundo no primeiro momento, Bresser disse que conseguira convencer os banqueiros a negociarem sem a tutela antecipada do FMI. O Líder Mário Covas perguntou se essa estratégia não representava apenas a inversão dos fatores, sem alterar o produto. Bresser respondeu negativamente, com o argumento de que anteriormente nenhum banqueiro tinha aceitado essa fórmula. As condições que o Ministro da Fazenda pretende levar aos banqueiros para suspender a moratória serão um acordo pela fixação do "spread" em zero e a entrada no País de US\$ 7,5 bilhões em dinheiro novo.

Pouco antes do almoço, Bresser Pereira disse estar confiante em convencer o PMDB da necessidade de o Brasil firmar um acordo com o Fundo, que, segundo ele, se dispõe a aprovar o Plano de Controle Macroeconômico. O Ministro, que garante que o Plano não será recessivo, explicou que ele não foi submetido formalmente ao FMI porque "isso seria dar-lhe poder excessivo". Esclareceu, ainda, que caso os bancos credores internacionais privados insistam na necessidade de um aval do Fundo para firmarem acordo com o nosso Governo, o Brasil manterá a moratória dos juros da dívida externa.